

AUGUSTO GRIECO SANT'ANNA MEIRINHO

TRABALHO DECENTE E  
SEGURIDADE SOCIAL:

o efeito *cliquet* e a construção do  
mínimo existencial beveridgiano



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná  
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br  
**www.alteridade.com.br**

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazon	Jairo Enrique Herrera Pérez
Claudia Rosane Roesler	Jairo Gilberto Schäfer
Daniela Cademartori	José Antonio Savaris
Fabiano Hartmann Peixoto	Marcos Garcia Leite
Guido Aguila Grados	Luis Alberto Petit Guerra
Ingo Wolfgang Sarlet	Paulo Márcio Cruz
Isaac Reis	Zenildo Bodnar

---

M455t

Meirinho, Augusto Grieco Sant'anna  
Trabalho decente e seguridade social : o efeito *cliquet* e a construção do  
mínimo existencial beveridgiano / Augusto Grieco Sant'anna Meirinho. –  
1. ed. – Curitiba [PR]: Alteridade, 2021.

400 p.; 23 cm.

ISBN 978-65-89533-05-4

1. Seguridade social - Brasil. 2. Previdência social - Brasil.  
3. Brasil – Política social. 4. Trabalho – Aspectos sociais – Brasil. I. Título.

21-68965

CDU 349.3(81)

---

Catálogo: Camila Donis Hartmann  
Diagramação: Know-how Desenvolvimento Editorial  
Capa: Rennan Andrade

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	19
<b>Capítulo 1</b> A QUESTÃO SOCIAL E A SUA CENTRALIDADE NA ORIGEM DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	23
1.1 Primeiros Dizeres: o trabalho humano como ponto de partida e de chegada .....	23
1.2 Evolução Fásica do Estado Contemporâneo .....	28
1.2.1 A Primeira Revolução Industrial e o Surgimento da Questão Social .....	30
1.2.2 A Doutrina Social da Igreja .....	43
1.2.3 A Primeira Guerra Mundial e a Sedimentação das Normas Sociais .....	52
1.2.4 O Plano Beveridge .....	58
1.2.5 A Expansão do <i>Welfare State</i> . A Era de Ouro do Bem-Estar Social .....	59
1.2.6 A crise do Estado do Bem-Estar Social, Neoliberalismo e Rediscussão dos Sistemas Protetivos. A Era do Estado Mínimo .....	63
1.3 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Um passo maior do que o devido?.....	70
1.4 A Situação Crítica Atual. A próxima reforma não será a última! .....	71
<b>Capítulo 2</b> – A EDIFICAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOBRE O VALOR SOCIAL DO TRABALHO HUMANO .....	77
2.1 Identificando Objetivos: Direitos Fundamentais, Trabalho e Neoconstitucionalismo .....	77
2.2 A Ordem Social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	78
2.3 Estrutura Normativa Neoconstitucionalista .....	81
2.3.1 Os Marcos do Neoconstitucionalismo.....	90
2.4 Natureza do Direito ao Trabalho: Breves Apontamentos sobre os Direitos Fundamentais....	98
2.4.1 Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: estabelecimento diferencial das expressões .....	99
2.4.2 Direito ao Trabalho como Direito Fundamental.....	105
2.5 O Patamar Civilizatório Mínimo: dimensão asseguradora da dignidade da pessoa humana.....	111

2.6 Patamar Civilizatário Mínimo e a Vedação ao Retrocesso Social. Fronteira ao Argumento da Reserva do Possível .....	11
2.7 Necessidade de Reformas para Manutenção da Hígeiz Sistêmica da Seguridade Social .....	12
<b>Capítulo 3 – A SEGURIDADE SOCIAL. COMPLEMENTARIEDADE E COERÊNCIA. A NECESSÁRIA HARMONIA SISTÊMICA.....</b>	<b>13</b>
3.1 A Constituição da República e a Construção da Seguridade Social no Brasil .....	13
3.2 A Fase Pré-Seguridade Social .....	13
3.3 A Fase da Seguridade Social.....	14
3.3.1 A Necessidade da Construção de uma Definição de Seguridade Social.....	15
3.4 A Estrutura Sistêmica da Seguridade Social .....	15
3.4.1 A Ação Regressiva Acidentária como Mecanismo de Política de Saúde do Trabalhador .....	16
3.4.2 A Universalidade da Participação nos Planos Previdenciários .....	16
3.4.3 A Regra da Automaticidade da Filiação .....	171
3.4.4 A Subsidiariedade Assistencial .....	17
3.5 A Coerência Sistêmica da Seguridade Social .....	177
<b>Capítulo 4 – CENTRALIDADE NO TRABALHO E PROTEÇÃO AO EMPREGO. CAMINHO SUSTENTÁVEL PARA A SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>183</b>
4.1 O Trabalho Humano como Fator Indutor da Felicidade.....	183
4.2 A Agenda do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho.....	187
4.3 O Desemprego como Grave Risco Social .....	196
4.4 A Insuficiência da Proteção em Face do Desemprego Involuntário .....	204
4.5 A Convenção nº 158 da OIT como Remédio à Inércia do Congresso Nacional .....	209
4.6 Espécies de Desemprego e a sua Conceituação no Ordenamento Brasileiro como Risco a ser Protegido pela Seguridade Social .....	219
4.7 O Desenho Normativo do Benefício Seguro-Desemprego .....	221
4.8 O Custeio do Programa do Seguro-Desemprego e o Fundo de Amparo ao Trabalhador.....	231
<b>Capítulo 5 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONCRETIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL .</b>	<b>237</b>
5.1 Primeiro Axioma: Direitos de Segunda Dimensão Demandam Recursos Públicos em Ambiente Econômico de Equilíbrio .....	237
5.2 Breves Apontamentos sobre os Custos dos Direitos .....	244
5.3 O Estado Fiscal e o Financiamento das Políticas Públicas de Seguridade Social .....	248
5.4 Instrumentalidade das Políticas Públicas e os Objetivos Finalísticos da Seguridade Social .....	253
5.5 A Questão da Discricionariedade do Administrador e o Controle Jurisdicional das Políticas Públicas .....	263

5.6 O Estado Social é responsável pela crise econômica ou a solução desta passa pela diminuição do tamanho do Bem-Estar Social? .....	269
5.7 As Políticas Públicas de Assistência Social Distorcem o Sistema de Seguridade Social Brasileiro? Assistência Social X Assistencialismo: repensando as críticas .....	273
5.7.1 O Programa Bolsa Família.....	275
5.7.2 O Benefício Assistencial de Prestação Continuada .....	280
5.7.3 Considerações Conclusivas: <i>Give a Man a Fish</i> .....	294
<b>Capítulo 6 – A DEFORMAÇÃO DO ESTADO DE SEGURIDADE SOCIAL. O CERCO INSTITUCIONAL AOS DIREITOS SOCIAIS CONSTITUCIONALIZADOS. POR UM DISCURSO CIVILIZADOR DO NEOLIBERALISMO E A RETOMADA DO CAMINHO DO BEM-ESTAR SOCIAL...</b>	<b>297</b>
6.1 A Tensão Principiológica: Livre Iniciativa e Valor Social do Trabalho .....	297
6.2 A Desconstrução do Estado do Bem-Estar Social. A Legislação Social Sitiada. Um processo que não se encerra com as Reformas Trabalhista e Previdenciária .....	303
6.3 O Avanço sobre a Legislação Trabalhista .....	312
6.3.1 A Terceirização Irrestrita .....	316
6.3.2 A Prevalência do Negociado .....	322
6.3.3 À Guisa de Conclusão. Os Eixos da Reforma Trabalhista .....	327
6.4 Avanços sobre a Legislação Previdenciária.....	333
6.5 A Desvinculação das Receitas da União (DRU) .....	348
6.6 A Teoria Tomista do Duplo Efeito como Barreira Moral às Reformas .....	353
6.7 A Colonização Humanista do Mercado ou a Descolonização do Direito Social. O Efeito <i>Cliquet</i> e o Desenvolvimento Humanista rumo ao Mínimo Existencial Beveridgiano .....	357
<b>Conclusão</b> .....	<b>371</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>375</b>